

**RECENSÃO DE RIBEIRO, HENRIQUE JALES, *FILOSOFIAS NACIONAIS, TRANSNACIONAIS E TRADIÇÕES FILOSÓFICAS NO SÉCULO XXI***

**Robert Martins Junqueira<sup>(1)</sup>**

*(1)Unidade I&D IEF – Instituto de Estudos Filosóficos,  
Universidade de Coimbra (Portugal)*

**Email:** martinsjunqueira2@gmail.com

**ID. ORCID:** 0000-0003-1944-654X

---

**Recensão de** Ribeiro, Henrique Jales. *Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI*. Coimbra: Edições Esgotadas, 2018, 171pp. ISBN: 978-989-8911-31-5

A mais recente obra do Prof. Dr. Henrique Jales Ribeiro, mais um livro dedicado aos seus alunos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), foi publicada em novembro de 2018 baixo o título *Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI* (doravante, *Filosofias Nacionais*). O autor veio chamar a atenção para a questão sobre o significado atual, em filosofia, de «nacionalismo». Essa questão é, aqui, entendida como transversal e inevitável no que toca à filosofia e, particularmente, à filosofia da cultura. Ao cuidado de Jales Ribeiro - e para os leitores - fica um «velho e clássico» âmbito de interrogação que já tinha sido levantado desde os finais do século XIX, por exemplo, na Alemanha e na Itália, sem por isso estar agora desatualizado ou até fora de moda, tendo já sido recolocado, segundo Ribeiro, pela problemática da pós-modernidade em filosofia desde os anos sessenta do século passado. Entende-se, pela leitura desta obra, que a posição de guarda dos nacionalismos tem vindo a ficar mais robusta desde o advento do mundo pós-moderno, tal como desde as críticas apontadas às chamadas pós-modernidade e globalização. No âmbito do tratamento dado a estas matérias, o filósofo português lança um apelo no sentido de que deve sublinhar-se - no primeiro quartel do século XXI e *tanto quanto possa crer-se que as vozes que proclamaram que o nacionalismo era/ é uma «coisa do passado»*

*Junqueira, R. M. (2019). Recensão de Ribeiro, Henrique Jales, Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 15, março, 2019, 185-192. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i15.8844*

*estão erradas* - que a existência dos nacionalismos e de todas as suas misérias nunca haverá sido (tal como não deverá ser) para esquecer. No decorrer da exposição, o autor oferece a curiosos e estudiosos um enquadramento dos grupos nacionalistas enquanto famílias populacionais cuja qualidade passa por reclamarem a posse de uma ou de outras identidades sócio-culturais e, enfim, políticas determinadas e absolutamente específicas e que, por força da decorrência da sua reclamação, não poderão ser partilhadas por quaisquer outros grupos. Tais identidades não deverão, também, entender-se como sendo necessariamente de cariz étnico e aqueles que reclamam possuí-las não apelarão, necessariamente, para a existência de uma filosofia nacional e de uma respetiva tradição filosófica, pelo menos academicamente falando. Tais identidades são fundamentadas em referência à existência de determinados costumes, tradições e produção intelectual especiais. Mas existem filosofias nacionais? Esta pergunta simples, desenvolvida pelo autor, não pode entender-se simultaneamente à promoção de uma exclusão daquela sobre a existência de filosofias transnacionais, tal como da incómoda questão de saber se existe, sequer, filosofia na qualidade de «investigação sistemática» que possa ser de alguma utilidade nos dias de hoje. Segundo o autor, existirá nacionalismo, mesmo que de variáveis configurações sócio-culturais e políticas, conquanto existam Estados-nação e, portanto, existirão as respetivas tradições filosóficas ou representações cristalizadas das culturas de dadas comunidades, estas expressas na forma de uma «constelação dos pressupostos culturais fundamentais» dessas mesmas comunidades ou Estados-nação. Quanto a estes últimos, segundo Ribeiro, a despeito de qualquer «preconceito pernicioso» que haja emergido na época da globalização e da pós-modernidade, ainda não foram encontrados substitutos viáveis. Assim, com esta obra, o autor espera francamente contribuir com uma «nova luz» para o pensamento debruçado por sobre o tema do nacionalismo, posicionando-se com uma resposta à necessidade de abordar filosoficamente uma das temáticas que, presume-se, na esteira de Ribeiro, continuará a estar na ordem do dia no que toca aos debates da filosofia política e ao decorrer dos próximos anos. Fruto da capitalização do trabalho de investigação em filosofia realizado pelo filósofo português, grosso modo, ao longo dos últimos 20 anos, o

primeiro capítulo de *Filosofias Nacionais* oferece ao leitor uma tipologia das filosofias nacionais, tal como uma revisão e reformulação, em matéria histórico-filosófica num sentido geral, do campo tradicional para a questão da existência dessas mesmas filosofias. Assim, o autor alega ser necessário constituir, no âmbito da historiografia, uma abordagem geral concentrada sobre o estudo sistemático ou integral do já referido problema. Tal abordagem deverá ultrapassar a tendência para a demarcação exclusivista de uma ou de outras filosofias nacionais. A mesma abordagem deverá, como disse o autor, cuidar do problema da existência de tais filosofias sob uma ótica mais alargada, ou seja, tentando responder à questão do sentido a adotar, nas discussões do século XXI, quando o tópico a tratar em cima da mesa for o da «universalidade da filosofia», isto é, a tese que afirma a filosofia enquanto património supranacional que integra - ao invés de discriminar, excluir ou ossificar - todas as culturas, independentemente das especificidades de cada nação. Para tal, afirma o autor, deverá partir-se do pressuposto, no rasto dos argumentos apresentados por Rorty nos anos 70 do século XX, de que as diferenças culturais devem explicar-se partindo de uma triangulação assente na chamada «tese da universalidade». Mas em que sentido, acrescenta também o autor numa interrogação um tanto ou quanto aliciante, é que essa universalidade da filosofia é indiferente às culturas nacionais? Seja como for, afirma Ribeiro, a problemática da existência das filosofias nacionais, incluindo a conhecida e provocadora problemática das filosofias transnacionais ou multinacionais, como alega ser o caso da filosofia analítica, será priorizada nos programas filosóficos do século XXI a nível internacional. Assim, no sentido de alargar o campo de estudo e aplicá-lo a outras problemáticas, mais ou menos polémicas, como as já referidas das tradições filosóficas e das filosofias «trans- ou multinacionais», a abordagem do autor eclode a no campo de alguns pressupostos fundamentais particularmente relativos às conexões entre filosofia, cultura e ideologia. Segundo o entendimento de Henrique Jales Ribeiro, ambas as noções de «cultura» e «filosofia» não devem entender-se como indiferentes e inocentes do ponto de vista da «ideologia», pelo que acusarão sempre aspirações rumo a um futuro mais ou menos específico, adesão a determinadas tendências utópicas que não podem não

*Junqueira, R. M. (2019). Recensão de Ribeiro, Henrique Jales, Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 15, março, 2019, 185-192. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i15.8844*

partir de perspetivas limitadas sobre a atualidade na hora de imprimir direções ao seguimento da história, assim manifestando-se a presença integral de uma «agenda política» no dinamismo da realidade social. O principal objetivo, declarado, do segundo capítulo da obra é esmiuçar a função da filosofia de Locke, tanto no contexto da dita «tradição do empirismo britânico» quanto no horizonte mais amplo da filosofia analítica desde os anos 50 do século XX até à atualidade. Para tal, o autor dá continuidade ao seu trabalho, publicado em 2002, ao qual coube o título *Para compreender a história da filosofia analítica*, onde *i)* assume tanto a referida tradição quanto a filosofia analítica enquanto construções de algum modo problemáticas e situadas em determinado contexto, concentrando-se em questionar esses construtos de um ponto de vista concetual e simultaneamente histórico e filosófico e *ii)* reflete sobre uma teoria da história que pondera e acusa estar subentendida no âmbito da historiografia filosófica da filosofia analítica. Assim, o autor especula ou pretende prever uma possível resposta da filosofia analítica para a questão da existência das filosofias nacionais, resposta essa avaliada no seguimento da perspetiva da «tradição do empirismo britânico». Tal tradição filosófica, refere o autor, está diretamente nas origens daquilo a que chamamos, hoje em dia, de «filosofia analítica», isto é, o modelo da tradição do empirismo britânico é o mesmo que o da própria filosofia analítica: a filosofia entendida como atividade de análise. Henrique Jales Ribeiro defende que o desenvolvimento deste movimento filosófico ao longo do século XX é, no mínimo, curioso, indo desde a ideia de que a própria filosofia analítica não contaria com quaisquer fundações históricas até à de que tais fundações não só podem discernir-se como deverão remeter para a primeira metade do mesmo século. Ainda assim, sugere o autor, não existe qualquer «entidade natural», atribuível ao mundo dos factos, que possa chamar-se de, *inter alia*, «filosofia analítica», «filosofia portuguesa» ou «filosofia do idealismo absoluto alemão», uma vez que tais são entendidas enquanto construtos *do terreno* ou *da unha* da ideologia e da utopia, pelo que terão mais a ver com aquilo que «deveria ser» do que com aquilo que é. Assim sendo, o filósofo português declara que é certamente legítimo questionar a tradição analítica em bloco mas deixa em aberto a questão de saber se tal tradição filosófica é passível de ser,

Junqueira, R. M. (2019). *Recensão de Ribeiro, Henrique Jales, Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 15, março, 2019, 185-192. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i15.8844*

futuramente, rejeitada e substituída por qualquer outra que desperte maior interesse e sirva de maior utilidade. Partindo de uma perspectiva mais ampla, tanto num sentido histórico-filosófico como sistemático, o terceiro capítulo de *Filosofias Nacionais* desenvolve-se, com outros horizontes, pelo estudo da filosofia analítica e, particularmente, das suas relações com a história da filosofia. Filosofia analítica é, assim, exposta como *tradição presentemente centenária* e que é responsável pela constituição de um «movimento programático transnacional». Tal movimento é tido como atualmente livre dos ergástulos da «tradição do empirismo britânico», sem que isso signifique uma falta de reconhecimento da importância cardeal dessa tradição no tocante às origens históricas da filosofia analítica. O que é primoroso perceber-se, segundo o autor, é que por muito devedora que seja esta última com relação à referida tradição, o âmbito desta tradição é o de uma filosofia nacional britânica, pelo que não poderá ser confundido com o âmbito próprio da filosofia analítica, especialmente pelo caráter transnacional da última, desde logo incompatível com a primeira, mas também pelo caráter programático distinto que apresenta. Assim, de acordo com o autor desta obra, a filosofia analítica não só não manifesta uma assinatura ideológica no âmbito da sua significação como não é verdade que a sua existência preceda aos - ou independa dos - construtos da ideologia, como são os casos, *inter alia*, de «filosofia portuguesa» e «filosofia russa», cuja assimilação societária ou comunhão levará a produção filosófica a caber num caso «de mão e de peso», «autoridade e poder», de modo conexo à realidade social em que se insiram. A filosofia, quando devidamente examinada e de acordo com a letra de *Filosofias Nacionais*, pode dizer-se ser, propriamente, *lide* no campo da ideologia e do poder. No caso da filosofia analítica, várias tradições filosóficas e de várias proveniências, como são os casos formados pelos seguidores de Russell e Wittgenstein, os positivismos lógicos na Áustria e nos Estados Unidos da América, entre outros, haverão conseguido enquadrar-se, nos anos sessenta e setenta do século XX, num programa de investigação comum em filosofia, isto com base naquilo a que o autor chama, na sequência do trabalho de Dummet, de «teoria da significação». É, pois, no seguimento desta teoria, segundo Ribeiro, que pode falar-se de «filosofia analítica», construto ou representação que foi sendo

desenvolvida ao longo da segunda metade do século passado e que, nos começos do XXI<sup>o</sup>, haverá reclamado, para si, o estatuto «filosofia trans- ou multinacional». É não apenas este estatuto reclamado pela filosofia analítica como a própria qualidade de «trans- ou multinacionalidade» que, segundo o autor, carecem de uma justificação do ponto de vista da cultura. Como foi o conceito de filosofia analítica filosoficamente construído ao longo da segunda metade do século XX? Se, de acordo com o autor, pela metade do mesmo século, era facilmente aceite que o único aspeto em comum que partilhavam os setores participantes do movimento analítico, no tocante às suas investigações, era a eleição da «linguagem» como centro (ou frágil palavra de ordem), seria, pois e também, facilmente confirmada a carência de uma história em comum que permitisse falar-se de uma verdadeira unificação do referido movimento, sendo então taxado - e continuando a sê-lo, *sem razão*, nos dias de hoje, de acordo com o argumento do filósofo português no decorrer desta e sua mais recente obra - de «anistórico», isto é, mero conjunto de «escolas filosóficas» pelejantes, de um modo ou de outro, entre si. Deverá ser, segundo o autor, a partir de «O mito da significação» (1962) de Quine que poderá afirmar-se que escolas, até então «desgarradas», do movimento analítico consentiram numa história e caminho comuns passíveis de sustentar a investigação num sentido simultaneamente, nas palavras do autor, «sistemático e colegial», demarcando-se de entendimentos distintos de filosofia, como no caso de «filosofia continental» e das suas buscas, na esteira da filosofia kantiana, pelas «fundações do conhecimento». Assim, na esteira do exposto pelo pensamento de Ribeiro, não pode falar-se de filosofia analítica ao longo do século XX senão na qualidade daquela que é ou foi substancial por conta, simultânea e especificamente, das representações ou construtos que foi, pouco a pouco, elaborando de ou sobre si mesma pelo caminho, tal como das relações dialéticas, num ou outro grau, entre esses mesmos construtos. No quarto capítulo de *Filosofias Nacionais*, é acusada a precipitação – por parte de importantes emissários da historiografia em Portugal no início do século XXI, com especial crítica para o célebre autor da *História do pensamento filosófico português*, Pedro Calafate – de haver sido sustentada a «extinção» de uma filosofia tipicamente portuguesa. Ribeiro soletra como, na primeira parte do

séc. XX, pensou-se a não existência de tradição de filosofia em Portugal, algo que era reconhecido existir em casos como o da França e o da Alemanha. Como tal, revela Ribeiro, o estado da arte haverá convidado à leitura neo-hegeliana de que aquilo que haveria de «propriamente filosófico» em Portugal haveria de coincidir com ou ser assimilado aos costumes, tradições, arte, história, *etc*, da cultura portuguesa. A questão começou por colocar-se, então e extensamente, sob o prisma da sociologia e da cultura. O problema é apresentado como havendo sido provocado, sobretudo no dealbar da 1ª República, do ponto de vista político-ideológico e não como havendo propriamente partido de preocupações metafisológicas como a de saber se a filosofia é definida em termos universais ou nacionais. Ao conceber a filosofia e a cultura de tal modo, prestou-se, segundo o autor, um serviço ao poder político, nomeadamente pela atribuição da identidade ideológica - ou de pertença ao Estado-nação - necessária para que a 1ª República pudesse afirmar-se nos planos nacional e internacional. De igual modo - afirma o autor no que diz respeito ao primeiro e ainda resistente quartel do século XXI e para lá do encontro provocado pela pós-modernidade e pelo relativismo, especialmente nas culturas ocidentais de um modo geral - a existência ou não existência das filosofias tipicamente nacionais, também em Portugal, é uma questão que não poderá, agora, ser dada como extinta ou já ultrapassada. É, afirma Henrique Jales Ribeiro, a questão da identidade cultural, do ponto de vista político-ideológico, a questão central que forja a chave para as portas do castelo onde habita a já referida problemática «universalidade vs nacionalidades da filosofia». Assim, o autor apela para que os cuidados a prestar à filosofia por parte dos filósofos sejam centrados na problemática proposta e oferecida como «foc» dos problemas filosóficos de maneira geral, mesmo daqueles tratados sob a ótica das filosofias nacionais ou daqueles concentrados apenas numas ou outras particularidades históricas e culturais. Em filosofia, lembra o autor, a coexistência é realidade. Assim, da leitura de *Filosofias Nacionais*, depreende-se que há futuro para o nacionalismo, em filosofia, no século XXI, pelo que o autor aduz que não existem verdadeiras respostas quanto a alternativas, ou seja, nenhuma comunidade «trans-, multi- ou internacional» que possa tomar o lugar-chave do Estado-nação nos tempos da globalização, facto

assinalado como «dramático» pelo autor quanto remete para a história dos Estados e dos nacionalismos, marcada de intolerância e de violência, depois do conhecimento da qual «Estado-nação», lembra o autor, terá que significar crime. Em *Filosofias Nacionais* não é oferecida ao leitor uma defesa do nacionalismo, mas sim a tese de que, por mais aflitivo que seja e do ponto de vista intelectual, não há alternativas para o mesmo a curto ou médio prazo. O autor alerta ainda que, no âmbito das relações entre os diferentes nacionalismos, os confrontos poderão acarretar graves contornos políticos e militares do ponto de vista internacional, conquanto a defesa dos interesses de uma comunidade nacional dada seja configurada, como defende o autor, pela exclusão, ou até perseguição e eliminação em casos mais agudos, daqueles que ativamente se lhe oponham ou pura e simplesmente não a reconheçam.

#### **Para saber mais sobre o autor...**

##### **Robert Martins Junqueira**

Doutorando de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, preparando a Tese de Doutoramento sobre o pensamento filosófico de Leonardo Coimbra.

Membro do Secretariado da Unidade de Investigação I.E.F. – Instituto de Estudos Filosóficos, da Universidade de Coimbra/ Fundação para a Ciência e para a Tecnologia de Portugal.

#### **Como citar este texto...**

Junqueira, R. M. (2019). Recensão de Ribeiro, Henrique Jales. *Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI*. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, 15, 185-192. DOI: 10.30827/dreh.v0i15.8844

*Junqueira, R. M. (2019). Recensão de Ribeiro, Henrique Jales, Filosofias nacionais, transnacionais e tradições filosóficas no século XXI. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 15, março, 2019, 185-192. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i15.8844*